

Parcela atrelada ao câmbio cai para 16%

Luciana Otoni
de Brasília

A dívida pública em títulos federais aumentou 1,31% em junho em relação a maio. O estoque passou de R\$ 748,38 bilhões para R\$ 758,19 bilhões em decorrência principalmente da apropriação de R\$ 9 bilhões de juros nominais. Os números foram divulgados ontem pelo Tesouro Nacional e Banco Central e mostram que, em junho, a parcela dos títulos indexados ao câmbio atingiu 15,79% (R\$ 119,70 bilhões) do total da dívida, o menor nível desde o início da série, em 1998. Para julho, o BC adianta que a dívida exposta ao câmbio deverá cair para 14%, configurando novo recorde.

A redução da dívida atrelada ao dólar visa a reduzir o risco de expansão do passivo em momentos de volatilidade. "Quanto menor a participação dos títulos cambiais, maior a previsibilidade que o Tesouro Nacional tem para o pagamento dos títulos e menor o risco de oscilação e de o dólar contaminar a dívida pública", comentou o coordenador-geral das Operações do Tesouro Nacional, Paulo Valle. A meta é encerrar 2004 com a parcela cambial entre 13% e 23% do total da dívida.

A redução da participação dos títulos atrelados ao câmbio foi acompanhada do ampliação da parcela dos títulos prefixados. A nota técnica divulgada ontem informou que, após as operações de swap feitas pelo Banco Central, a participação da dívida prefixada passou de 16,37% em maio para 16,82% em junho (R\$ 127,55 bilhões). Aumentou também a dívida corrigida pela taxa Selic, que passou de 50,57% em maio para 50,62% em junho (R\$ 383,81 bilhões). A parcela dos títulos corrigidos por índices de preços passou de 14,65% para 14,94% em junho (R\$ 113,29 bilhões). Já a parcela dos papéis vinculados à Taxa Referencial manteve-se estável em 1,82% (R\$13,82 bilhões) do total.

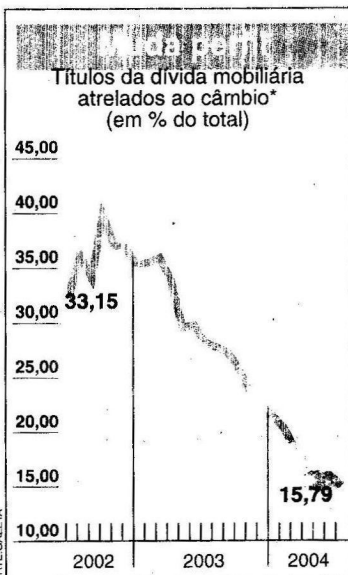
Em junho, os resgates de títulos federais totalizaram R\$ 21,8 bilhões. Considerando-se as emissões de R\$ 22,1 bilhões, ocorreu

no mês um impacto monetário contracionista de R\$ 288 milhões. Do total das emissões, 72% correspondeu a Letras do Tesouro Nacional (LTN), título de rentabilidade prefixada usado para melhorar o perfil da dívida pública — dá previsibilidade aos pagamentos futuros. Assim como nos meses anteriores, as instituições financeiras foram os maiores compradores (67,1%) dos títulos públicos negociados em ofertas públicas.

A dívida pública em títulos de curto prazo a vencer em 12 meses atingiu o estoque de R\$ 320,53 bilhões (42,28% do total). Segundo Paulo Valle, considerando os vencimentos de títulos previstos para agosto (cerca de R\$ 19 bilhões) e setembro (cerca de R\$ 13 bilhões), a dívida de curto prazo deverá crescer nos próximos meses.

Em junho, a liquidez bancária

foi reduzida de R\$ 62,9 bilhões para R\$ 46,5 bilhões devido ao superávit primário do governo central e ao redirecionamento de recursos para operações compromissadas de prazos mais longos realizadas pelo BC. Conforme explicou o chefe do Departamento de Operações de Mercado Aberto do BC, Sérgio Goldenstein, a redução da liquidez dá mais conforto à autoridade monetária e contribui



na análise de risco do País.

Outro dado favorável divulgado ontem foi o aumento das operações realizadas no mercado secundário de títulos federais. A nota técnica informou que em junho o volume financeiro diário médio de negociações de títulos federais no mercado secundário atingiu a cifra recorde de R\$ 23,5 bilhões, 138% maior em relação a maio. Do total negociado diariamente em junho, 81,2% corresponderam a operações com títulos prefixados.

Sérgio Goldenstein comemorou o incremento dos negócios no mercado secundário, mas observou que parte deste resultado foi influenciado pela disputa entre instituições financeiras no processo de seleção de oito market makers. A seleção será concluída em meados de agosto.